

RELATOS DE EXPERIÊNCIA

A importância da atividade orientadora de ensino: uma perspectiva antirracista da educação infantil



Anaiara Lourenço da Silva*
Priscilla Patrício de Holanda**
Joelma Fernanda de Sales Carneiro Dutra***
Neide Abadia Caneiro****
Samira Borges Ferreira*****

Resumo: Neste estudo buscou-se apresentar um relato de experiência realizada de duas Atividades Orientadoras de Ensino (AOE), integradoras de um projeto maior intitulado “Um boneco Meu”, realizado durante do ano de 2019, na turma de Maternal II, da Creche Municipal Nivea Sebastiana Carneiro Gratão, no município de Ipameri-Goiás. Numa perspectiva histórica, social, cultural e interdisciplinar, amparadas na teoria da Psicologia Histórico-Cultural avaliou-se o potencial educativo dessas atividades, para a construção do conhecimento significativo na desconstrução do pensamento colonial e racista, do que é ser uma criança negra. Buscamos responder aos seguintes questionamentos: É possível desenvolvermos atividades educativas orientadas para inserção e reflexão sobre a questão racial com as crianças no cotidiano escolar? Como podemos apresentar uma discussão sobre a diversidade racial e diferenças de um modo prático e lúdico, no entanto de maneira interdisciplinar contextualizada histórica e culturalmente? Com intuito de estabelecer uma relação de ensino-aprendizagem baseada na interação professor-aluno/aluno-professor observamos que as atividades e ações propostas mostraram-se estratégias eficazes para o desenvolvimento de práticas educativas que levem à construção de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Atividade Orientadora de Ensino. Formação de professores. Educação Antirracista.

* Pedagoga e mestranda em Educação/UFCAT - Catalão-GO. Atua em Administração, Orientação e gestão além de Neuropsicopedagoga. É Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de Ipameri-GO. Contato: anaiaranaiane@hotmail.com

** Graduada em Sociologia com ênfase em Sociologia da Cultura e da Literatura, desenvolvendo estudos a partir de uma perspectiva da literatura de resistência, com estudos voltados para o feminismo negro e a temática da mulher negra. Contato: priscyholanda@gmail.com

*** Graduada em Letras com pós em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UEG (GO). É mestranda em Educação (UFCAT) e vinculada à Secretaria de Educação do Estado de Goiás, exercendo a função de professora P-IV na disciplina de Língua Portuguesa. Contato: josales10@hotmail.com

**** Pedagoga e geógrafa, mestranda em Educação/UFCAT - Catalão-GO. Atua como professora do ensino fundamental na rede municipal de Ipameri-GO. Contato: nac.2011@hotmail.com

***** Pedagoga, é graduada em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2008) com pós em Linguística aplicada à língua e à literatura. É mestranda em Educação regional de Catalão (UFG-RC) É professora municipal em Água Limpa-GO e Buriti Alegre-GO. Contato: samira.professora@hotmail.com

Introdução

Com a alteração da Lei nº 9.394/96 por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui-se no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Segundo a LDBE – Lei nº 9.394, e suas alterações fica estabelecido que:

Art. 26-A. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

De acordo com as orientações observadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e da cultura indígena (BRASIL, 2003), na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no capítulo destinado à Educação Infantil (BRASIL, 2017), ao discutir a diversidade étnico-racial na escola, tem-se como principal meta a superação de situações cotidianas atravessadas pelo racismo e diversas ações de discriminação, além do exercício de convivência com a diversidade e respeito às diferenças.

Uma vez que, é o âmbito escolar, o espaço social propício aos educandos para adquirirem conhecimentos necessários tanto à sua formação intelectual quanto cultural e social. Para uma sociedade, realmente inclusiva e integradora, é necessário que haja uma mudança geral de posicionamentos, a partir do entendimento de que qualquer condição de desigualdade abrange a necessidade educacional de uma ação que busque a luta pela equidade em que as pessoas se respeitem, independente de raça, classe, gênero ou alguma limitação que porventura possuam, partindo dos direitos de todos à educação, independente das diferenças individuais ou de princípios.

Observamos a escola de Educação Infantil, como espaço onde se constituem as infâncias, onde há o primeiro convívio social da criança, fora do ambiente familiar, um espaço que favorece a potencialidade de abrangência da Lei nº 10.639/2003. Possibilitando dessa forma, o acesso à cultura africana, de onde emerge novos espaços pedagógicos que dela fazem parte, promovendo a valorização dos múltiplos sujeitos e formas de ser na contemporaneidade (LUCENA, 2012).

Nesse sentido, esse estudo sobre a Educação

Infantil será realizado na perspectiva da Lei 10.239/03, por identificarmos e compreendermos a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas que contemplem essa fase crucial da formação humana, bem como a realização de cursos de formação continuada para professores que abordem a temática da educação para as relações étnico-raciais.

Educar para a diversidade étnico-racial, na Educação Infantil, é possibilitar à criança a vivência da cultura, de modo que possa aprender a história, os costumes, as tradições, proporcionando-lhe a construção de valores. Para Nilma Lino Gomes (2004) há uma sensibilidade emergente nas escolas públicas com relação à diversidade e suas múltiplas dimensões na vida desses alunos, a qual vem se traduzindo em ações pedagógicas concretas de transformação no sistema educacional público, em um sistema cada vez inclinado à inclusão e aberto à diversidade.

Observamos a necessidade premente de discutirmos e conhecermos metodologias e práticas educativas que promovam o desenvolvimento afetivo, cognitivo e intelectual que abordem a discussão da questão racial, que esse projeto com as atividades propostas foram pensadas.

Diante disso, em consonância com a BNCC, o projeto “Um boneco meu” foi desenvolvido voltado para as questões raciais, abarcando as necessidades de inclusão e educação para as relações étnico-raciais na educação infantil, na turma do Maternal II, da Creche Municipal Nivea Sebastiana Carneiro Gratão, no município de Ipameri-Goiás, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2019.

O presente estudo trata de um relato de experiência da Atividade Orientadora de Ensino (AOE) realizada, amparada na abordagem teórica da Psicologia Histórico-Cultural¹ voltadas para a construção de uma educação antirracista com intuito tanto de desconstruir estereótipos como de possibilitar a construção de uma visão e postura positiva e emancipadora do que é ser uma criança negra por meio de uma atividade interdisciplinar.

1. Uma breve contextualização da teoria da Psicologia Histórico-Cultural

A partir da Constituição do Estado Soviético (1936) é demarcada a tradição marxista na educação, surgindo daí a necessidade de redefinição e reflexão sobre o papel da educação, da escola, bem como da ciência pedagógica e da didática à serviço da construção de uma sociedade socialista (PUENTES, LONGAREZI, 2012). Consolidou-se a Psicologia Histórico-Cultural,

influenciada pelas ideias marxistas-leninistas vindo a intervir diretamente no processo de formação e desenvolvimento da Pedagogia, sob a atuação de V. I. Lenin, M. I. Kalinin, M. N. Petrovski, N. K. Krupskaja, A. S. Makárenko, entre outros teóricos.

Esta corrente teórica adota a constituição da criança e sua humanização pela via da concepção de um sujeito concreto (SILVA, HAI, 2011). A educação, abordada a partir da teoria psicológica histórico-cultural, visa o processo de humanização dos sujeitos envolvidos, nesta perspectiva, a escola é o local adequado à apropriação dos conhecimentos construídos historicamente pela humanidade.

A Psicologia Histórico-Cultural possui como referências os estudiosos Liev Semiónovich Vygotsky (1896-1934), Alexis Nikoláevich Leontiev (1903-1979) e Alexander Románovitch Luria (1902-1977) juntamente com outros importantes teóricos.

De acordo com Silva e Hai (2011), alguns autores identificam na Psicologia Histórico-Cultural a utilização de dois princípios do materialismo histórico-dialético: o primeiro refere-se à metáfora de Marx² (o estudo da essência de um fenômeno determinado por meio da forma mais desenvolvida por este alcançada); o segundo refere-se à concepção do conhecimento humano como um reflexo da realidade objetiva no pensamento (DUARTE, 2000 apud SILVA & HAI, 2011).

Assim, convém destacar o caráter social e racional da natureza humana abordada por essa corrente teórica. Ainda, conforme Vygotski (1956), o desenvolvimento da psique no indivíduo é de natureza social, e se dá por meio do processo de interiorização, que é a transformação do intersíquico (atividade coletiva) em intrapsíquico (atividades individuais).

Para ele tendo “A fonte da evolução histórica da conduta não há que buscá-la no interior do homem, mas fora dele, no meio social ao qual pertence [...]” (VYGOTSKI, 1956, p. 449). Considerando que as aptidões e características especificamente humanas não são transmitidas de maneira hereditária, mas adquiridas por via da apropriação da cultura disseminada pelas gerações anteriores, como aponta Leontiev (1978, p. 265):

Podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana.

Nesse contexto a escola é um componente base do sistema educacional na perspectiva marxista e da teoria da Psicologia Histórico-Cultural. Pois é seu papel desenvolver os esforços que contribuem para a formação

do interesse ativo e efetivo dos conhecimentos, que proporcionarão a base do desenvolvimento integral dos estudantes.

De acordo com Puentes e Longarezi (2013), ela é o espaço social de humanização e do desenvolvimento do ser, que ocorre através da experimentação de mudanças qualitativas na sua vida psíquica, em decorrência das novas formações (linguagem, percepção, representação, imaginação, memória lógica, atenção, concentração, raciocínio lógico, pensamento teórico, resolução de problemas etc.) que constituem os processos de ensino-aprendizagem.

Diante disso foi atribuída à educação a responsabilidade de oferecer as condições necessárias para que o homem alcance a apropriação dessa cultura criada pelas gerações precedentes. Sendo que neste processo ele constitui sua própria humanidade, desenvolvendo sua consciência individual, pois não se nasce humano, o humano se constrói (PUENTES, LONGAREZI, 2013).

Quando nos referimos à atividade, segundo os referenciais teóricos aqui destacados, a palavra assume um significado pedagógico diferente daquele usualmente empregado no cotidiano escolar que, geralmente, se refere à realização de quaisquer tarefas. Atividade será compreendida conforme os pressupostos teóricos de Leóntiev. Nessa perspectiva:

O objeto da atividade pedagógica é a transformação dos indivíduos no processo de apropriação dos conhecimentos e saberes; por meio dessa atividade – teórico e prática –, é que se materializa a necessidade humana de se apropriar dos bens culturais de constituição humana. (RIGON; ASBAHR; MORETTI, 2010, p. 24).

Portanto essa consciência individual desenvolve-se por meio da consciência social dos significados elaborados a partir da prática social. Logo, é através da atividade alcançará o sistema de significações formado historicamente.

1.1 A Atividade Orientadora de Ensino (AOE)

De acordo com Moura (1996) a organização do ensino é feita por meio da realização das atividades de ensino, de uma maneira que estas sejam planejadas e elaboradas com intuito de proporcionar à criança um novo nível de capacidade, que lhe possibilite a assimilação do novo conteúdo que lhe é apresentado (MOURA, 2017).

Assim, para o autor ao acrescentar a palavra “orientadora” ao conceito inicial de atividade de ensino, leva-se em conta o fator intencional de quem ensina, sendo algo planejado, direcionado para um fim.

Fica evidente o papel central do professor como aquele que cria a tensão criativa no aluno e que o coloca em atividade de aprendizagem. Nesse tipo de ensino, em que o professor assume o papel de sujeito da atividade, dá-se o processo de consciência do professor ao vivenciar a estreita relação entre teoria e prática, pois há uma inerente exigência do domínio teórico das ações práticas empreendidas por ele. (MOURA, 2017, p. 97).

Vale destacar a relevância que é dada à relação professor/aluno e a troca estabelecida entre esses sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. Não numa visão unilateral daquele que ensina (professor) enquanto o outro aprende (aluno), mas que o processo se concretiza justamente e apenas quando o professor se coloca como aquele que também aprende, reflete, e questiona o caráter voluntário de suas ações a partir da realização de um plano (roteiro) para realizá-las (DAVÍDOV, 1988).

Logo, o desenvolvimento e a formação do estudante dependem das ações intencionais e operações, que irão orientar todo o processo. A AOE é “o conjunto articulado da intencionalidade do educador que lançará mão de instrumentos e estratégias que permitirão uma maior aproximação dos sujeitos e objeto de conhecimento” (MOURA, 1996, p. 19). São elementos da AOE: a síntese histórica do conceito; o problema desencadeador deve contemplar a gênese do conceito – e a síntese coletiva.

Dessa forma a atividade de aprendizagem tem um papel preponderante como condição para a formação de conceitos (PUENTES; LONGAREZI, 2013). A atividade conceitual na criança não surge porque ela tem domínio do conceito, pelo contrário, domina o conceito porque aprendeu a agir conceitualmente.

2. A importância da educação para as relações étnico-raciais numa perspectiva interdisciplinar

A democracia racial e a cordialidade são “mitos” que pretenderam invisibilizar, silenciar a existência do racismo no Brasil. Um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o afro-brasileiro é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais. Para Gomes (2004) cabe a nós, educadores, tal tarefa. E,

Talvez, um primeiro passo a ser dado pelas educadoras e pelos educadores que aceitam o desafio de pensar os vínculos entre educação e identidade negra seja reconhecer que qualquer intervenção pedagógica a ser feita não pode desconsiderar que, no Brasil, vivemos sob o mito da democracia racial e padecemos de um racismo ambíguo. A partir daí, é preciso compreender que uma das características de qualquer racismo é sustentar

a dominação de determinado grupo étnico/racial em detrimento da expressão da identidade de outros. É no cerne dessa problemática que estamos inseridos, o que significa estarmos em uma zona de tensão. (GOMES, 2004, p.6).

Na infância atos discriminatórios podem deixar sequelas incuráveis. Um passo importante em busca de uma educação antirracista é reconhecer a existência dessas atitudes na escola e buscar intervir de modo pedagógico. O silêncio por parte do professor pode demonstrar conivência, gerando baixa autoestima e revolta em quem sofreu a ação racista. Diante disso, professores, coordenadores e diretores precisam estar sensibilizados para a gravidade deste problema, que pode intervir negativamente na vida do aluno.

O racismo pode se manifestar no convívio diário com os colegas, nos corredores, na hora do lanche, nas brincadeiras no pátio ou até mesmo em sala de aula. A omissão de professores, pais e direção quanto à violência velada do racismo escolar também é agressão. Entretanto, não é uma tarefa fácil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, sobretudo em um país como o Brasil, marcado pela exclusão social. Dessa forma, a escola, deve buscar, em seu planejamento pedagógico dar ênfase às diferenças de classe, raça, gênero e culturais entre seus alunos, bem como às relações que estes indivíduos estabelecem consigo e com os outros. Para Louro (1997), no espaço escolar são instituídos códigos e símbolos que contribuirão para a formação identitária, agregando, elegendo, classificando e legitimando as diferenças.

‘Um boneco Meu’, é um projeto que se propôs de forma interdisciplinar à realização de oficinas de confecção de brinquedos (explorando as formas geométricas, cores, texturas) e outras atividades (contaço de histórias, autorretrato, viagem pelo Safari, oficina de dança), envolvendo a cultura africana e afro-brasileira, em turmas da educação infantil.

A Creche Municipal Nívea Sebastiana Carneiro Grãtão situa-se à Rua Nossa Senhora de Fátima, na Vila América, Município de Ipameri-GO, possui em suas proximidades os bairros periféricos: Bairros Alto do Cruzeiro, Vila Enedina I, Vila Enedina II, Vila Dona Nilza, Vila Estrela I, Vila Estrela II, Vila Domingues e Vila Baioch, recebendo muitas crianças de classe baixa, oferecendo ensino para crianças entre 06 meses e 6 anos (Maternal ao P-III), em período integral das 07 às 17 horas.

O projeto ‘Um boneco Meu’ foi desenvolvido na turma de Maternal II, contendo 21 alunos com faixa etária entre 1 ano e 11 meses e 3 anos completos, sendo (9) meninas e (12) meninos.

3. O Projeto “Um boneco meu”

O projeto ‘Um boneco Meu’ iniciou-se em 2019, na Creche Municipal Nívea Sebastiana Carneiro Gratão em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Ipameri-GO. Neste breve relato, apresentamos a experiência vivenciada na turma de Maternal II, da Creche Municipal Nívea Sebastiana Carneiro Gratão, da professora Anaiara, o projeto foi realizado desde o mês de março, tendo sido concluído em dezembro com o término do ano letivo.

O projeto contou com a realização de inúmeras atividades no decorrer de todo ano, para esse estudo foram escolhidas duas atividades: A oficina de Confeção de Bonecos e a Oficina de Autorretrato em especial por terem sido planejadas e elaboradas nessa perspectiva interdisciplinar envolvendo conceitos históricos, culturais e sociais relacionados ao ensino de matemática.

3.1 Confeções de Bonecos

Iniciamos essa atividade buscando refletir e responder a seguinte premissa “Somos todos iguais?”, com intuito de trabalhar a diversidade e a questão racial a partir da confecção dos bonecos, foram utilizadas peças de diferentes formatos geométricos para diferentes fins (círculo, tampa da lata de extrato); (retângulo, lata de sardinha), (cilindro, latas diversas e rolo de papel higiênico); (triângulo e quadrado, peças de decoração para compor as vestimentas dos super-heróis).

Figura 1 – Confeção dos bonecos com sucatas



Fonte: Arquivo Pessoal

Essa intervenção pedagógica consistiu na confecção de brinquedos, entre eles bonecas e bonecos (Super Choque; Batman; Hulck; Homem-Aranha; Super-Homem; Mulher Maravilha; Moana; Mulher-Gato; Ladybug) feitos de rolo de papel higiênico reciclados. Para a fabricação dos brinquedos artesanais, foram usados materiais recicláveis, e outros recursos (E.V.A, tecido, isopor) sendo todos fabricados com recursos próprios.

Figura 2 – Confeção dos personagens heroicos e heroínas com tubos de papelão e E.V.A.



Fonte: Arquivo Pessoal

Com intuito de preparar o caminho (síntese histórica do conceito), que caracteriza esse tipo de atividade orientadora, foram escolhidos dois livros da literatura afro-brasileira infantil: O Cabelo de Lelê e Menina Bonita do Laço de Fita, ambas as histórias ofereceram o aporte teórico necessário para introdução do diálogo sobre as nossas diferenças sejam elas raciais, de gênero, de classe e a importância da aceitação e do respeito ao próximo. Conforme nos aponta Cagnetti

A literatura infantil é, antes de tudo, literatura, ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o Mundo, o Homem, a Vida, através da palavra. Funde os sonhos e a vida prática; o imaginário e o real; os ideais e sua possível/impossível realização. (CAGNETTI, 1996, p.7).

Mais do que isso, a história a Menina Bonita do Laço de Fita, trouxe uma valorização da estética e da beleza da menina negra. Todos os bonecos e bonecas foram feitos levando-se em conta os traços fenotípicos e marcas corporais negras (cor de pele; formato da boca e do

nariz, textura do cabelo, cor dos olhos), afinal como nos referencia Oracy Nogueira (1998), o racismo no Brasil perpassa a questão das marcas (características, traços) ao contrário do racismo nos E.U.A que se fundamenta na herança genética. Foram escolhidos o Boneco e a Boneca por acreditarmos que esses brinquedos cerceiam o imaginário infantil, contribuindo assim, para a construção da autoestima da criança negra, por meio da autorrepresentação (positiva) em bonecas e super-heróis/heroínas, contribuindo na formação identitária dessas crianças.

Para Stuart Hall (2002) os estudos que abordam a representação, tem sua relevância ao investigar a construção dos significados, conforme o autor, os significados culturais têm efeitos sobre a realidade e determinam as práticas sociais. Logo, o reconhecimento do significado faz parte do senso de nossa própria identidade, através da sensação de pertencimento.

Dessa forma, o indivíduo se constrói, bem como às suas concepções identitárias, a partir da relação com outros sujeitos e experiências, de maneira que a noção de indivíduo deixa de ser autônoma e autossuficiente para se constituir a partir da relação entre o eu e o outro, e com a sociedade (HALL, 2015).

Nisso se elaborou a síntese coletiva, em que a partir da leitura das histórias, das conversas, da confecção grupal dos bonecos, as crianças puderam redefinir a questão colocada inicialmente, resignificando para “Somos todos diferentes, e devemos ser respeitados em nossas diferenças”.

4. Oficina de Autorretrato

Para realização dessa intervenção pedagógica partimos da seguinte premissa “Rosa pele: da pele de quem?”. A educadora brasileira Nilma Lino Gomes (2003) afirma que a identidade racial é construída gradativamente, num processo que envolve inúmeros fatores, desde as primeiras relações estabelecidas, sendo que o contato com os amigos da escola, bem como da vizinhança têm profunda interferência na formação do sujeito negro.

Por isso, essa atividade orientadora de ensino foi planejada e elaborada com intuito de desconstruir a ideia de uma cor única (no sentido de unidade) exclusiva para a pintar e representar a tonalidade de pele dos seres humanos. Sendo apresentadas aos alunos mais 11 possibilidades de tonalidades de cores que vai do rosa ao preto.

Lançado pela marca Pintkor, em resposta às diversas solicitações de coletivos negros, os lápis e giz de cera de “Tons de Pele” representam um avanço em

relação às lutas, políticas de ações afirmativas e políticas educacionais, pois a autoafirmação contribui para o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança. Ao serem apresentadas às cores, cada uma foi associada à um numeral cardinal, permitindo além da questão étnica, explorar a ideia de grandezas e quantidades.

Figura 3 – Giz de cera apresentado aos alunos



Fonte: Arquivo Pessoal

Os 12 tons de pele representados através dos gizes de cera: 1 – 2 – 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12

Essa atividade de ‘Autorretrato’ consistiu em pinturas de desenhos de corpos em tamanho real, feitos em papel panamá, com 12 possibilidades de tons de cores de pele à disposição para escolha do autorretrato. Verificou-se a importância dessa atividade atrelada ao sentido de grandeza numérica e de quantidade, à noção de “diversas ou variadas” possibilidade de tonalidades para a representação de suas peles, valorizando e reafirmando a diversidade racial existente entre eles.

Assim, Gomes (2003) tanto nossa identidade pessoal quanto social é formada por meio do diálogo e da interação com o outro, sendo nossas relações determinantes no processo de formação identitário pelo qual estamos sujeitos, seja na infância, na adolescência ou em qualquer momento de nossa vida. Nesse sentido, assim como para a autora, podemos inferir que, a identidade negra é uma construção social, cultural e histórica, pois,

Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar

que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade (GOMES, 2002, p. 39).

Nesse sentido, foi possível mais uma vez mensurar a desconstrução coletiva da ideia da existência de apenas uma (unidade/exclusividade) de cor para representar a cor da pele (no caso o lápis Rosa Pele), mas, o conhecimento que tornou possível o empoderamento (síntese coletiva) de outras onze (unidades/possibilidades) de representação mais fidedigna ao tom de pele de cada aluno ali representado.

E, por fim, as crianças tiveram no final do ano a oportunidade de construir seu próprio boneco (a) de lata, com suas características, eles foram incentivados a montá-lo conforme se viam, tendo a opção de escolher cabelos lisos, crespos ou cacheados (feitos de E.V.A e papel rococó) de diversos tons (loiros, castanhos ou pretos), a cor dos olhos, dos lábios, do tom de pele e ainda escolher a fantasia do seu super-herói/heroína. Nessa última oficina intitulada 'Eu super-herói/heroína' foi possível trabalharmos a auto avaliação em suas diversas dimensões, de pertencimento racial, social e cultural.

Considerações Finais

Ao refletirmos sobre o papel do educador na luta pela construção de uma educação para a equidade

racial, observamos o quanto é mister que desenvolvamos a consciência de nossa responsabilidade como educadores. Buscando em nosso cotidiano, não apenas promover o debate sobre estas questões, mas primordialmente desenvolver ações que efetivem uma educação antirracista.

Para isso é essencial a realização de atividades e práticas educativas que tenham como finalidade inserir a cultura e a história de grupos historicamente discriminados. Possibilitando que estejam presentes no currículo, não apenas nas datas comemorativas, mas no dia a dia, na construção do histórico escolar.

No desenvolvimento das Atividades Orientadoras de Ensino (AOE) planejadas para o projeto "Um boneco Meu" amparadas na teoria da Psicologia Histórico-Cultural procuramos avaliar o potencial educativo, no seu amplo sentido de assimilação de significados a partir das trocas culturais e sociais estabelecidas no ambiente escolar, por meio da interação professor-aluno/aluno-professor, na qual o conhecimento é construído por via de mão dupla, numa relação de ensino-aprendizagem crítica e emancipatória.

Dessa forma, as atividades realizadas mostraram-se bastante satisfatórias, com uma participação interessada, interativa e bastante criativa por parte dos alunos. Verificamos que ações planejadas alcançaram seu fim, apresentando-se eficientes estratégias de ensino interdisciplinar para a construção de uma educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil. ■

Referências

- BRASIL. LDBE - Lei nº 9.694 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996. Acesso em 06 dez. 2020.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/topicos/11013671/lei-n-10639-de-09-de-janeiro-de-2003? Acesso em 06 dez. 2020.
- CAGNETI, S. S. Livro que te quero livre. Rio de Janeiro: Nórdica, 1996.
- DAVÍDOV, V. La Enseñanza Escolar y el Desarrollo Psíquico. Moscú: Editorial Progreso, 1988.
- GOMES, N.L. Educação e Identidade Negra. In: BRITO, A. et al. Kulé-Kulé: educação e identidade negra. Macaíó: EDUFAL, 2004. Disponível em: <http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.
- _____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- _____. Educação e Identidade Negra. Universidade Federal de Minas Gerais: Aletria – 2002.
- _____. Educação, raça e gênero – Relações imersas na alteridade. In: Cadernos Pagu (6-7) 1996, pp.67-82.

HALL, S. Raça, o significante flutuante. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Rio de Janeiro. Revista Z Cultural, n.2, ano 8, 2015.

_____. Identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VYGOTSKY, L.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2001.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.

LOURO, G. L. (Org). Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

LUCENA, J. A. "É cor de pele! Ação Pedagógica e Educação Antirracista na Educação. 35 fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Educação – Pedagogia, Porto Alegre: UFRS, 2012.

MOURA, M. O (org.). Educação e pesquisa na teoria histórico-cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

MOURA, M.O. (Coord.). Controle da variação de quantidades: Atividades de ensino. São Paulo: FEUSP, 1996. Textos para o Ensino das Ciências, nº 7.

NOGUEIRA, O. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998.

PUNENTES, R.V; LONGAREZI, A. M. Escola e Didática desenvolvimental: seu campo conceitual na tradição da teoria histórico-cultural. Educação em Revista. Belo Horizonte, v. 29 n. 01 p. 247-271, mar. 2013.

RIGON, A.J.; ASBAHR, F.da S.F.; MORETTI, V.D. Sobre o processo de humanização. In MOURA, Manoel O. (Coord.). A atividade pedagógica na teoria histórico-cultural. Brasília, DF: Liber Livro, 2010, p. 13-44.

SILVA, J. C; HAI, A. A. A Psicologia Histórico-Cultural e o Marxismo: em defesa do desenvolvimento humano integral. In: X Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional – CONPE. Paraná: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

VYGOTSKY, L. S. Investigaciones psicológicas escogidas. Moscú: Editorial de la ACP de la RSFSR, 1956.

Notas

1 Esta corrente teórica possui outras denominações: Psicologia Sócio-Histórica; Teoria Histórico-Cultural ou Teoria da Atividade (SILVA, HAI, 2011).

2 A metáfora de Marx refere-se ao princípio de que a anatomia do homem é a chave para a autonomia do macaco (SILVA, HAI, 2011).